

	<p>Prefeitura Municipal de Dores de Guanhanes Estado de Minas Gerais Concurso Público – Edital 001/2011</p> <p>Julgamento de Recursos</p>	
---	---	---

Com base no item 7.1 do Edital do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Dores de Guanhanes – MG, a empresa realizadora do Concurso Público Edital nº 01/2011 torna público o julgamento dos recursos interpostos pelos candidatos em face dos gabaritos divulgados em 23/04/2012:

<p>Cargo: 01 – Advogado Candidato (a): Stefani Tricia Cometti Inscrição: 3766 Questão: 21) Considere as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:</p>	<p>I. A Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) são ações dúplices ou ambivalentes. II. No sistema brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei federal pode ser feita de modo principal por qualquer juiz, mas de modo incidental apenas pelo STF. III. A omissão constitucional pode ser atacada por meio de mandado de injunção. IV. O controle prévio ou preventivo é aquele realizado durante o processo legislativo de formação do ato normativo.</p> <p>a) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras. b) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras. c) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras. d) Todas as afirmativas são verdadeiras.</p>
<p>Justificativa:</p>	<p>Merece acolhida o recurso interposto pela candidata, tendo em vista que a assertiva constante da frase III fala em OMISSÃO CONSTITUCIONAL, onde o correto seria a OMISSÃO INCONSTITUCIONAL, o que a torna uma alternativa falsa. Posto isso, <u>O GABARITO DEVE SER MODIFICADO PARA CONSTAR A ALTERNATIVA A, COMO CORRETA.</u></p>
<p>Conclusão:</p>	<p>A resposta correta é a letra A, razão pela qual o recurso foi julgado como DEFERIDO.</p>

<p>Cargo: 01 – Advogado Candidato (a): Stefani Tricia Cometti Inscrição: 3766 Questão: 33) Considerando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:</p>	<p>I. A limitação administrativa afeta o caráter absoluto do direito de propriedade e representa o exercício do poder de polícia fundado na supremacia do interesse público sobre o particular, para a busca do bem-estar social. II. A servidão administrativa pode decorrer diretamente de previsão legal, não precisando, nessas hipóteses, de qualquer ato jurídico para sua constituição. III. A requisição é forma de intervenção restritiva à propriedade, incidente, exclusivamente, sobre imóveis, que atinge o seu elemento exclusivo. IV. A competência material para realizar o tombamento é concorrente.</p> <p>a) As afirmativas I, III e IV são verdadeiras. b) As afirmativas I, II e IV são verdadeiras. c) As afirmativas I e II são verdadeiras. d) As afirmativas I e IV são verdadeiras.</p>
---	---

Justificativa: Para exercer o tombamento, a **COMPETÊNCIA MATERIAL (conforme constou no enunciado da afirmativa IV)** para realizar essa restrição, **É COMUM**, tendo em vista que todos os entes da federação devem proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos (artigo 23, inciso III, CF) e também impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural (art. 23, inciso IV, CF), **O QUE NÃO SE CONFUNDE COM O PODER DE LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA, QUE É CONCORRENTE (Art. 24, inciso VII, da CF)**. Os Municípios não têm competência legislativa nesse caso, somente contando com a competência material.

Conclusão: A resposta correta é a letra C, razão pela qual o recurso foi julgado como **INDEFERIDO**.

Cargo: 01 – Advogado
Candidato (a): Stefani Trícia Cometti
Inscrição: 3766
Questão: 34) Assinale a alternativa INCORRETA:

- A assistência social tem por objetivo a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.
- A assistência social rege-se pelo princípio da igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidade sem fins lucrativos de assistência social.
- Os Cras e os Creas são unidades públicas municipais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistencial social.

Justificativa: Conforme dispõe o artigo 6º-C, § 3º (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1.993, que trata da organização da Assistência Social e dá outras providências:
*“Os Cras e os Creas são **unidades públicas ESTADUAIS** instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social”.*
 A alternativa D da questão impugnada dispunha: “Os Cras e os Creas são **unidades públicas MUNICIPAIS** instituídas no âmbito do Suas (...)”, por isso considerada INCORRETA.

Conclusão: A resposta correta é a letra D, razão pela qual o recurso foi julgado como **INDEFERIDO**.

Cargo: 07 - Farmacêutico/Bioquímico
Candidato (a): Ariana da Cunha Medanha
Inscrição: 3551
Questão: 12) O substantivo destacado na expressão “com seus clientes” (§1º) tem uma só forma para o masculino e o feminino (o cliente/a cliente). Assinale a opção onde aparecem dois substantivos com essa mesma característica quanto ao gênero:

- Colega → chefe
- Gerente → papa
- Pessoa → motorista
- Autor → adolescente

Justificativa: A candidata alega que marcou a alternativa B, entretanto, o dicionário e os

livros de português registram a forma papisa como feminino de papa. Somente a alternativa A contém dois substantivos comuns de dois gêneros como o exemplo citado no enunciado da questão: o cliente / a cliente. Em relação ao questionamento da candidata, vale deixar claro que tanto o vocabulário oficial português quanto o brasileiro, classificam chefe como substantivo comum de dois gêneros. Na verdade, o Dicionário Eletrônico Houaiss, já atualizado com a última reforma ortográfica, aponta chefa, mas como feminino informal. O dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira aponta chefe como substantivo de dois gêneros e cita chefa como forma popular. Se formos considerar as formas populares, teremos também de adotar as formas giganta, hóspeda, monja, parenta, etc., porém, todas elas são citadas como formas populares, informais. A internet, jornais e revistas fazem uso das formas informais, populares. Já em qualquer prova ou documento oficial temos que considerar o uso formal da língua, não o popular.

Conclusão: A resposta correta é a letra A, razão pela qual o recurso foi **INDEFERIDO**.

Cargo: 07 - Farmacêutico/Bioquímico
Candidato (a): Ariana da Cunha Medanha
Inscrição: 3551
Questão: 29) De acordo com o a Lei Orgânica de Guanhães/MG - o uso especial de bem patrimonial do Município por terceiro será objeto, na forma da lei, de:
 a) Permissão e cessão
 b) Permissão e marcação
 c) Autorização e marcação
 d) Concessão, mediante contrato de direito privado

Justificativa: A questão acima faz referência à Guanhães e não à Dorés de Guanhães, sendo assim, considera-se a mesma incorreta, devendo ser anulada.

Conclusão: Recurso **DEFERIDO**.

Cargo: 15 – Enfermeiro PSF
Candidato (a): Tatiana Haddad Gomes
Inscrição: 3562
Questão: 09) Considere os períodos:
 I. " Hoje, os funcionários de uma empresa moderna precisam estar conectados com seus chefes, colegas e clientes."
 II. "...essa prática está associada, em diversos países, ao aumento da produtividade."
 III. "...e podem ficar mais perto de seus familiares."
 É correto afirmar que as expressões destacadas exercem, nessas frases, a função sintática de:
 a) Objeto direto
 b) Objeto indireto
 c) Complemento nominal
 d) Adjunto adverbial

Justificativa: A alternativa A está correta já que traficantes e usuários de crack praticam a ação da frase, portanto a expressão funciona como sujeito. Além disso, é sujeito composto, pois a mesma é constituída de dois núcleos. A alternativa B está correta já que a expressão o território particular, escuro e indevassável do crack está explicando o termo anterior, exercendo, assim, a função de aposto. A alternativa C está incorreta, já que o termo em destaque energético se refere ao objeto direto droga, e não ao sujeito. A classificação correta do termo é predicativo do objeto. A alternativa D também está correta, pois o termo em destaque a dopamina completa o verbo transitivo direto liberar.

Conclusão: A única resposta correta é a letra C, razão pela qual o recurso foi julgado como **INDEFERIDO**.

Cargo: 15 – Enfermeiro PSF
Candidato (a): Tatiana Haddad Gomes
Inscrição: 3562
Questão: 13) Marque a opção em que a lacuna pode ser adequadamente preenchida com uma forma simples flexionada do verbo entre parênteses:
 a) É provável que muitas empresas _____ com as novas medidas adotadas. (falir)
 b) Atualmente, todos se _____ contra as possíveis ações trabalhistas. (precar-se)
 c) É uma pena que uma empresa _____ por causa de uma deturpada interpretação da lei. (explodir)
 d) Os empregados _____ todos os documentos perdidos durante a mudança, na semana passada. (reaver)

Justificativa: Na alternativa A não é possível preencher a lacuna com a forma verbal do verbo falir porque o mesmo não é conjugado no presente do subjuntivo. Na alternativa B, o advérbio atualmente exige a forma verbal no presente do indicativo, mas o verbo precar-se só é conjugado nesse tempo nas formas a seguir: nós nos precavemos, vós vos precaveis. Na alternativa C a forma verbal deveria ser empregada no presente do subjuntivo, mas o verbo explodir é defectivo e não é conjugado no presente do subjuntivo. Já a alternativa D pode ser completada com a forma do verbo reaver, já que o adjunto adverbial de tempo na semana passada indica que a forma verbal deve ser usada no pretérito perfeito, tempo esse em que o verbo reaver é conjugado em todas as pessoas: reouve / reouveste / reouve / reouvemos / reouvestes / reouveram. Como a própria candidata disse, o verbo reaver segue o verbo haver nas formas em que há a letra V.

Conclusão: A única resposta correta é a letra D, razão pela qual o recurso foi julgado como **INDEFERIDO**.

Cargo: 15 – Enfermeiro PSF
Candidato (a): Tatiana Haddad Gomes
Inscrição: 3562
Questão: 29). De acordo com o a Lei Orgânica de Guanhães/MG - o uso especial de bem patrimonial do Município por terceiro será objeto, na forma da lei, de:
 a) Permissão e cessão
 b) Permissão e marcação
 c) Autorização e marcação
 d) Concessão, mediante contrato de direito privado

Justificativa: A questão acima faz referência à Guanhães e não à Dorés de Guanhães, sendo assim, considera-se a mesma incorreta, devendo ser anulada.

Conclusão: Recurso **DEFERIDO**.

Cargo: 16 – Fiscal de Obras e Posturas
Candidato (a): João Paulo Silva Oliveira
Inscrição: 3594
Questão: 22) De acordo com os conceitos de Cretella Jr., Serviço Público no Brasil é toda atividade:
 a) Que tem por fim assegurar, de modo permanente, contínuo e geral, a satisfação de necessidades essenciais ou secundárias da sociedade, assim por lei consideradas, e sob as condições impostas unilateralmente pela própria Administração.
 b) Que o estado exerce, direta ou indiretamente, para satisfação das necessidades públicas mediante procedimento típico do Direito

Público.

- c) De oferecimento de utilidade ou de comodidade material fruível diretamente pelos administrados, prestado pelo Estado ou por quem lhe faça às vezes, sob um regime de Direito público – portanto consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais – instituído pelo Estado em favor dos interesses que houver definido como próprios no sistema normativo.
- d) Material que a Lei atribui ao Estado para que exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público.

Justificativa: A questão acima faz referência ao conceito de serviço público no Brasil, que está diretamente relacionado à Administração Pública, tendo sido usada como base a bibliografia de *Cretella Jr*, a qual foi sugestionada no programa de provas como referência bibliográfica para o assunto em questão. Entretanto, independente de qual autor ou obra houver sido citado e, mesmo que vários Juristas consagrados tratem o assunto de formas distintas, o conceito de serviço Público é único, uma vez que o mesmo é um conjunto de atividades e serviços ligados à administração estatal.

Conclusão: A única resposta correta é a letra B, razão pela qual o recurso foi julgado como **INDEFERIDO**.

Cargo: 16 – Fiscal de Obras e Posturas

Candidato (a): João Paulo Silva Oliveira

Inscrição: 3594

Questão: 25) No que se refere à ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, são vários os conceitos e pensamentos sobre a ciência das Finanças acerca das idéias políticas e sociais do Estado, sabendo-se que o objetivo é:

- a) Despesa, a Receita, o Débito
- b) Despesa, a Receita, o Crédito
- c) Despesa, a Receita, o Orçamento
- d) Despesa, a Receita, o Crédito e o Orçamento

Justificativa: De acordo com o Artigo 11, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, as operações de créditos fazem parte da receita

Conclusão: A questão deve ser **anulada** e o recurso julgado como **DEFERIDO**.

Cargo: 16 – Fiscal de Obras e Posturas

Candidato (a): João Paulo Silva Oliveira

Inscrição: 3594

Questão: 27) 'O orçamento é uma lei, no aspecto formal, à medida que se submete ao mesmo processo legislativo, e é aprovado por lei (há pensamentos divergentes entre os juristas)'. Esta frase está se referindo:

- a) Orçamento Público
- b) Natureza Jurídica do Orçamento
- c) Aspectos da natureza jurídica do orçamento
- d) Conceitos de Orçamento

Justificativa: Em relação ao estatuto legal da LOA – Lei Orçamentária Anual no Brasil é correto afirmar que o orçamento é uma lei formal, que apenas prevê as receitas públicas e autoriza os gastos, não criando direitos subjetivos nem modificando as leis tributárias e financeiras.

A natureza jurídica do orçamento Público classifica-se em dois aspectos: o aspecto formal que é a lei e o aspecto material. A questão não está, em nenhuma hipótese, se referindo aos aspectos do orçamento e sim à Natureza jurídica do Orçamento.

Conclusão: A resposta correta é a letra B, razão pela qual o recurso foi julgado como **INDEFERIDO**.

Cargo: 25 – Nutricionista
Candidato (a): Giselle Bicalho de Castro
Inscrição: 293844
Questão: 26) Leia atentamente o fragmento abaixo:

"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse"

Hely Lopes Meirelles

Acerca da licitação na Administração pública brasileira e, considerando o fragmento acima, é adequado considerar que:

- A licitação visa a garantir a moralidade dos atos administrativos e dos procedimentos da Administração Pública.
- Uma licitação tem a obrigação de valorizar a livre iniciativa pela igualdade no oferecimento da oportunidade de prestar serviços, bem como de comprar ou vender ao Poder Público.
- Salvo exceções previstas pela lei, o processo de licitação pública deve assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes.
- Os serviços de publicidade de uma administração pública são isentos de processos licitatórios por não se configurarem prestação de serviços.

Justificativa: A questão acima prima por aspectos voltados pela atenção, interpretação e conhecimentos específicos do assunto abordado. Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos o seguinte:
 O enunciado da questão deveria sinalizar a exceção às considerações sobre a temática "licitação na Administração pública brasileira" explorada nas alternativas, o que possibilitaria o discernimento do candidato mediante à questão. Optamos, pois pela **anulação** da mesma.

Conclusão: Pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo **DEFERIMENTO** do recurso em questão.

Cargo: 25 – Nutricionista
Candidato (a): Giselle Bicalho de Castro
Inscrição: 293844
Questão: 28) De acordo com a Lei Orgânica de Dorés de Guanhães (1990) a

"definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura Municipal de Dorés de Guanhães" configura-se um ato administrativo do Prefeito em exercício que deve ser feito através de:

- Decreto
- Portaria
- Ofício
- Memorando

Justificativa: A questão prima por aspectos voltados pela atenção, interpretação e conhecimentos específicos do assunto abordado. Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora a candidata tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é "A".

ASPECTO 2 – A presente questão se assenta no artigo 112 da Lei Orgânica do Município de Dorés de Guanhães, promulgada em 19 de maio de 1990 e não no artigo 122 apontado pela candidata ao interpor o recurso.

No artigo 112 da Lei Orgânica do Município de Dorés de Guanhães, promulgada em 19 de maio de 1990, visualizamos a seguinte redação:

"A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito, far-se-

á:

I- *Mediante decreto, numerado, em ordem cronológica, quando se tratar de:*

...

f) *definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas em lei.*"

Conclusão: Pelas explicações e considerações acima, o nosso parecer é pelo **INDEFERIMENTO** do recurso em questão com fulcro na Lei Orgânica do Município de Dores de Guanhões, promulgada em 19 de maio de 1990.

Cargo: 25 – Nutricionista
Candidato (a): Giselle Bicalho de Castro
Inscrição: 293844
Questão: 29) Na Administração dos Bens Patrimoniais de Dores de Guanhões (1990) é CORRETO afirmar que:

- a) O uso de bens municipais por terceiros deve ser precedido por portaria e pode ser feito mediante concessão, permissão ou autorização do Prefeito em exercício.
- b) A concessão administrativa dos bens municipais de uso especial e dominial deve ser realizada por portaria, conquanto estejam estabelecidos os prazos determinados de uso e ocupação dos mesmos.
- c) A permissão para uso de bens municipais por terceiros, pode incidir sobre qualquer bem público, desde que feita mediante licitação, a título precário e por decreto.
- d) O servidor só pode ser dispensado de suas funções ou transferido para outro setor se o órgão responsável pelo controle dos bens patrimoniais da Prefeitura ou da Câmara atestar que o mesmo devolveu os bens móveis do Município que estavam sob sua guarda.

Justificativa: A questão acima prima por aspectos voltados pela atenção, interpretação e conhecimentos específicos do assunto abordado. Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e idéias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

ASPECTO 1 – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é "C". Tal assertiva se assenta no § 2º do artigo 145 da Lei Orgânica do Município de Dores de Guanhões, promulgada em 19 de maio de 1990 ao citar que:

"A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem publico, será feita mediante licitação, a título precário e por decreto."

ASPECTO 2 – A presente questão está baseada na Lei Orgânica do Município de Dores de Guanhões, promulgada em 19 de maio de 1990.

ASPECTO 3 – A alternativa "A" é incorreta, pois "o uso de bens municipais por terceiros deve ser precedido por portaria e pode ser feito mediante concessão, permissão ou autorização do Prefeito em exercício".

Conclusão: Pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo **INDEFERIMENTO** do recurso em questão com fulcro na Lei Orgânica do município de Dores de Guanhões, promulgada em 19 de maio de 1990.

Cargo: 25 – Nutricionista
Candidato (a): Giselle Bicalho de Castro
Inscrição: 293844
Questão: 38) Graças aos inúmeros fatores existentes no leite materno que protegem

contra infecções, ocorrem menos mortes entre as crianças amamentadas. Estima-se que o aleitamento materno poderia evitar _____ das mortes em crianças menores de 5 anos em todo o mundo, por causas preveníveis (JONES et al., 2003). Qual das alternativas abaixo melhor preenche a lacuna do texto?

- a) 20%
- b) 18%
- c) 15%
- d) 13%

Justificativa: Diferentemente do argumentado pela candidata, o trecho faz parte do Caderno de Atenção Básica 23, do Ministério da Saúde (http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf), que diz: “Graças aos inúmeros fatores existentes no leite materno que protegem contra infecções, ocorrem menos mortes entre as crianças amamentadas. Estima-se que o aleitamento materno poderia evitar **13%** das mortes em crianças menores de 5 anos em todo o mundo, por causas preveníveis (JONES et al., 2003). Nenhuma outra estratégia isolada alcança o impacto que a amamentação tem na redução das mortes de crianças menores de 5 anos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Unicef, em torno de seis milhões de vidas de crianças estão sendo salvas a cada ano por causa do aumento das taxas de amamentação exclusiva”.

Levando em consideração o artigo publicado pelo Ministério da Saúde no Caderno de Atenção Básica, nº 23 (Saúde da Criança: Nutrição Infantil), considera-se então, a única resposta correta, a letra “D”.

Conclusão: A única resposta correta é a letra D, razão pela qual o recurso foi julgado como **INDEFERIDO**.

Belo Horizonte, 11 de Maio de 2012.